



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
 São Paulo

**Registro: 2019.0000791534**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1028686-30.2017.8.26.0053, da Comarca de São Paulo, em que são apelantes [REDACTED], [REDACTED], [REDACTED] e [REDACTED], é apelado ESTADO DE SÃO PAULO.

**ACORDAM**, em 3ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores ENCINAS MANFRÉ (Presidente sem voto), JOSÉ LUIZ GAVIÃO DE ALMEIDA E MARREY UINT.

São Paulo, 24 de setembro de 2019.

**PAOLA LORENA**  
**RELATOR**

**Assinatura Eletrônica**

**Apelação Cível nº 1028686-30.2017.8.26.0053**

**Apelantes:** [REDACTED], [REDACTED], [REDACTED] e [REDACTED]

**Apelado: Estado de São Paulo**

**Comarca: São Paulo**

**Voto nº 2082**

Apelação. Responsabilidade Civil da Fazenda Estadual. Pedido de condenação em pagamento de indenização por danos materiais e morais. Danos produzidos por tiro de arma de fogo disparado por policial. Agente público que, no momento dos fatos, não estava no exercício da função, situação que afasta a responsabilidade civil do Estado e o dever deste de indenizar, nos moldes do artigo 37, § 6º, da CF (responsabilidade objetiva). Ausência, também, de desídia por parte do Estado, apta a gerar a responsabilidade pleiteada. Administração que deve responder subjetivamente, sempre que o dano



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**São Paulo**

decorrer de uma omissão estatal. Inexistência in casu, de prova do nexo de causalidade entre o prejuízo afirmado e a conduta omissiva imputada à Fazenda Pública. Precedentes. Sentença mantida. Recurso não provido.

Cuida-se de recuso de apelação interposto por [REDACTED], [REDACTED], [REDACTED] e [REDACTED] contra sentença (fls. 1346/1348) de lavra da MMª Juíza de Direito Doutora Adriana Bertier Benedito, pela qual foi julgado improcedente pedido de condenação da **Fazenda do Estado de São Paulo** em pagar indenização por danos materiais e morais.

De acordo com o relato da inicial, em 23/12/2009, [REDACTED], então cônjuge da coautora [REDACTED] e pai da coautora [REDACTED], foi assassinado mediante disparo de arma de fogo, no banheiro de um bar situado em Santo André, pelo policial militar [REDACTED]. No dia seguinte, o mesmo policial militar matou [REDACTED], irmão da primeira vítima, na mesma cidade, também mediante disparo de arma de fogo. As vítimas

2

[REDACTED] e [REDACTED] são filhos do coautor [REDACTED] e irmãos da coautora [REDACTED]. [REDACTED] foi considerado responsável pelos dois homicídios dolosos e condenado à pena de 24 anos de reclusão (processo nº 0000506-17.2010.8.26.0554), pelo E. Tribunal do Júri.

O policial militar conhecia os irmãos assassinados, assim como o pai das vítimas, este por convívio na igreja e frequentava a residência da família. O coautor [REDACTED] costumava se lamentar com o policial pelo fato de que seus filhos usavam drogas e chegou a pedir que resolvesse o problema, sem saber que [REDACTED] também era usuário. Este, acometido de transtorno psicótico decorrente do uso excessivo de drogas e estimulado por mensagens religiosas de chamado missionário, formulou a ideia delirante de resolver o infortúnio matando os filhos de [REDACTED].



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

Antes dos crimes, o policial militar tinha histórico de uso de medicamento para controle de crises compulsivas, uso diário e imoderado de bebida alcoólica e desde 2008, tornou-se usuário diário de cocaína e crack. Dias antes do assassinato de [REDACTED] e [REDACTED], o policial teria ameaçado seu ex-cônjuge de morte e de acordo com conclusão do laudo emitido pela psiquiatra da Polícia Militar, em decorrência do uso abusivo de cocaína, [REDACTED] desenvolveu transtorno mental e comportamental psicótico.

Sustentaram a responsabilidade objetiva do Estado decorrente da disponibilização ao agente público, pela Corporação, da arma de fogo que causou a morte das vítimas. Alternativamente, se não reconhecida a responsabilidade objetiva, sustentaram a responsabilidade subjetiva do Estado, na modalidade negligência, por ter a Corporação assumido o risco de entregar e manter a arma a agente seu, sem controle de sua saúde mental, mediante avaliação.

Postularam indenização por danos materiais (despesas

3

funerárias) no valor de cinco salários mínimos, mais dois salários mínimos mensais referentes ao que se deixou de ganhar com a morte dos irmãos, até a data em que as vítimas completariam 65 (sessenta e cinco) anos de idade cada uma. A título de danos morais, postularam indenização no valor correspondente a 2.000 salários mínimos. Citada (fl. 1243), a FESP apresentou contestação (fls. 1224/1238). Seguiu-se decisão de saneamento do feito (fls. 1270/1273) e realizou-se audiência de instrução, na qual foi colhida prova oral (fls. 1331/1344). Após, às fls. 1346/1348, sobreveio a sentença em reexame.

Inconformados, os autores, repisam seus argumentos anteriores e pedem a reforma da sentença (fls. 1377/1405).

Contrarrazões às fls. 1411/1425.

**É a síntese.**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
 São Paulo

A irresignação não prospera.

A responsabilidade objetiva do Estado pelos danos causados a particulares por atos comissivos de seus agentes, fundada na *teoria do risco administrativo*, não tem caráter absoluto. Ao contrário, além de não se caracterizar quando há quebra do nexo causal entre a conduta do agente estatal e o dano experimentado pelo particular, a responsabilidade do Estado não se aplica no caso de culpa exclusiva da vítima ou de terceiros, força maior ou caso fortuito.

Em outras palavras, a responsabilidade do Estado decorrente da teoria objetiva, consagrada no artigo 37, § 6º da Constituição Federal, com base no risco administrativo que prevê a obrigação de indenizar, independentemente de culpa ou dolo, caracteriza-se desde que comprovado o nexo de causalidade entre o dano e o ato do agente estatal apontado como causador do dano experimentado pelo particular ofendido.

4

No caso concreto destes autos, contudo, nada obstante a condenação de [REDACTED] à pena de reclusão por duplo homicídio qualificado pela dissimulação (fls. 73/76 e 965/966), ficou evidente não ter ele agido na condição de agente público, como policial militar, situação que afasta o nexo de causalidade entre sua conduta criminosa e o dano, donde fica afastada a responsabilidade civil do Estado, nos termos do artigo 37, § 6º, da CF.

De acordo com relato dos requerentes, [REDACTED] agiu impelido por intuito particular, decorrente da proximidade com a família das vítimas, por considerar, dentro de seu delírio mental, estar resolvendo o problema da família dos dois rapazes mortos. Nesse contexto, evidente a falta de nexo causal entre o ato delitivo e o exercício da sua função de policial militar.

Quanto à alegada responsabilidade subjetiva estatal,



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
 São Paulo

não há, nos autos, material probatório que dê suporte à pretensão dos requerentes.

Até o momento do cometimento dos homicídios, nada foi alegado quanto à conduta funcional do policial que recomendasse a tomada de qualquer providência por parte da Administração. Sobre o tema, confira-se o julgado do Superior Tribunal de Justiça (grifo nosso):

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. ATO OMISSIVO. RESPONSABILIDADE SUBJETIVA. INEXISTÊNCIA DE NEXO CAUSAL E CULPA DA ADMINISTRAÇÃO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. A jurisprudência do STJ é firme no sentido de que a responsabilidade civil do Estado por condutas omissivas é subjetiva, sendo necessário, dessa forma, comprovar a negligência na atuação estatal, o dano e o nexo causal entre ambos. 2. No caso dos autos, o Tribunal de origem, com base nos elementos fáticos e nas provas constantes no processo, concluiu pela inexistência de comprovação tanto do nexo de

5

causalidade entre o ilícito civil e os danos experimentados, quanto da má prestação de serviço público, por atuação culposa da Administração Pública. A revisão da questão demanda o reexame dos fatos e provas constantes nos autos, o que é vedado no âmbito do recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ. Precedentes: AgInt no REsp 1.628.608/PB, Rel. Min. Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe 26/6/2017; AgRg no REsp 1.345.620/RS, Rel. Min. Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 2/12/2015; AgRg no AREsp 718.476/SP, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 8/9/2015; AgInt no AREsp 1.000.816/SP, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 13/03/2018. 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1249851/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 20/09/2018, DJe 26/09/2018)

Nessa linha não merece amparo a pretensão de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**São Paulo**

imputar ao Estado a responsabilidade pelo ocorrido. No mesmo sentido deste julgamento, seguem transcritos arestos desta C. Corte, em casos análogos ao presente:

**I. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO** – Ação indenizatória por danos morais e recebimento de pensão decorrente do homicídio do filho dos Autores – Prescrição Inocorrência – Assassinato cometido por policial militar que não estava no exercício de suas funções Ausência de responsabilidade da

Administração por não haver relação entre consecução do serviço público com a conduta lesiva adotada pelo agente – Não caracterização da responsabilidade objetiva do Estado, nos termos do par. 6º, do art. 37, da CF – O policial militar não estava no exercício de sua atividade funcional, fato que afasta a responsabilidade do Estado de responder pelos danos que seus agentes causarem a terceiros. Recursos oficial e da FESP providos. (TJSP; Apelação Cível 3045211-64.2013.8.26.0224; Relator (a): Carlos Eduardo Pachy; Órgão Julgador: 9ª Câmara de Direito Público; Foro de Guarulhos - 1ª Vara da Fazenda Pública; Data do Julgamento: 26/02/2019; Data de Registro: 26/02/2019)

**II. RESPONSABILIDADE CIVIL – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS ÓBITO ATRIBUÍDO A POLICIAL EM PERÍODO DE FOLGA – RESPONSABILIDADE CIVIL DA FAZENDA ESTADUAL INOCORRÊNCIA** Agente público que, no momento dos fatos, não estava no

6

exercício da função, o que descaracteriza a responsabilidade civil do Estado e o dever deste de indenizar - Precedentes – Sentença de improcedência mantida. Apelo não provido.

(TJSP; Apelação Cível 1000519-03.2017.8.26.0053; Relator (a): Spoladore Dominguez; Órgão Julgador: 13ª Câmara de Direito Público; Foro Central - Fazenda Pública/Acidentes - 8ª Vara de Fazenda Pública; Data do Julgamento: 17/07/2019; Data de Registro: 18/07/2019)

Nessa linha, impõe-se a manutenção da r. sentença recorrida.

Mantida a r. sentença, majoro o valor da verba



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

honorária para o correspondente a 12% do valor da causa, atualizado a partir do ajuizamento da ação, a teor do disposto no artigo 85, § 11, do CPC em vigor, observado o benefício da gratuidade da justiça deferido aos apelantes.

Pelo exposto, **nego provimento ao recurso.**

PAOLA LORENA  
**Relatora**